

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CURRAL DE CIMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

# DIÁRIO OFICIAL

CURRAL DE CIMA – DIÁRIO OFICIAL - 24 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE  
CIMA

**NOTIFICAÇÃO / PROPOSTA DE ACORDO  
ADMINISTRATIVO**

**DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE  
PÚBLICA – DECRETO Nº 098/2025**

**Notificado/Interessado:** SANDRO  
NORMANDO DE ARAÚJO

**Imóvel:** Área de 212 m<sup>2</sup> – Distrito de Estacada –  
Curral de Cima/PB

**Fundamento legal:** Decreto-Lei nº 3.365/1941;  
Decreto Municipal nº 098/2025

Prezado Senhor: **SANDRO NORMANDO DE  
ARAÚJO**

A Prefeitura Municipal de Curral de Cima/PB,  
por meio desta, **NOTIFICA** Vossa Senhoria com  
fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e no  
Decreto Municipal nº 098/2025, que declarou de  
utilidade pública o imóvel localizado no perímetro  
urbano do Distrito de Estacada, Rua Projetada,  
s/n, com área total de 212 m<sup>2</sup>, para fins de  
implantação de equipamento público municipal.

Conforme avaliação técnica realizada pela  
Comissão Técnica de Avaliação da Prefeitura  
Municipal, o valor indenizatório do imóvel foi  
fixado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei nº  
3.365/1941, propõe-se a realização de ACORDO  
ADMINISTRATIVO para pagamento da  
indenização e subsequente transferência  
amigável da área ao Município, evitando-se o  
ajuizamento da ação de desapropriação.

Deste modo, Vossa Senhoria deverá  
manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias (art.  
10-A, IV do Decreto-Lei nº 3.365/1941),  
comparecendo à sede da Prefeitura Municipal  
para:

1. Manifestar-se se concorda sobre a  
proposta de indenização;
2. Apresentar documentos pessoais e  
de titularidade/posse do imóvel;
3. Firmar Termo de Acordo  
Administrativo, nos termos do art. 10-  
A do Decreto-Lei 3.365/41;
4. Tratar dos procedimentos para  
pagamento ou depósito judicial, em  
caso de urgência (art. 15).

Em caso de silêncio, prosseguiremos com a  
via judicial, podendo haver imissão provisória na  
posse, conforme art. 15 da legislação federal.

Curral de Cima, 24 de novembro de 2025

ADJAMIR SOUZA DA SILVA  
Prefeito Constitucional do Município de Curral  
de Cima/PB

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CURRAL DE CIMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

# DIÁRIO OFICIAL

CURRAL DE CIMA – DIÁRIO OFICIAL - 24 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE  
CIMA

NOTIFICAÇÃO / PROPOSTA DE ACORDO  
ADMINISTRATIVO

DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE  
PÚBLICA – DECRETO Nº 099/2025

**Notificado/Interessado:** JOANA LISBOA DA  
SILVA

**Imóvel:** Área de 4,8 HA – Zona Urbana – Curral  
de Cima/PB

**Fundamento legal:** Decreto-Lei nº 3.365/1941;  
Decreto Municipal nº 099/2025

Prezado Senhor JOANA LISBOA DA SILVA

A Prefeitura Municipal de Curral de Cima/PB, por meio desta, **NOTIFICA** Vossa Senhoria com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e no Decreto Municipal nº 099/2025, que declarou de utilidade pública o imóvel localizado no perímetro urbano do Distrito de Estacada, Rua Projetada, s/n, com área total de 4,8 HA, com perímetro total de 1.065,76 metros, para fins de implantação de equipamento público municipal.

Conforme avaliação técnica realizada pela Comissão Técnica de Avaliação da Prefeitura Municipal, o valor indenizatório do imóvel foi fixado em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941, propõe-se a realização de ACORDO ADMINISTRATIVO para pagamento da indenização e subsequente transferência amigável da área ao Município, evitando-se o ajuizamento da ação de desapropriação.

Deste modo, Vossa Senhoria deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias (art. 10-A, IV do Decreto-Lei nº 3.365/1941), comparecendo à sede da Prefeitura Municipal para:

1. Manifestar-se se concorda sobre a proposta de indenização;
2. Apresentar documentos pessoais e de titularidade/posse do imóvel;
3. Firmar Termo de Acordo Administrativo, nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei 3.365/41;
4. Tratar dos procedimentos para pagamento ou depósito judicial, em caso de urgência (art. 15).

Em caso de silêncio, prosseguiremos com a via judicial, podendo haver imissão provisória na posse, conforme art. 15 da legislação federal.

Curral de Cima, 24 de novembro de 2025.

ADJAMIR SOUZA DA SILVA  
Prefeito Constitucional do Município de Curral  
de Cima/PB

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CURRAL DE CIMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

# DIÁRIO OFICIAL

CURRAL DE CIMA – DIÁRIO OFICIAL - 24 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE  
CIMA

## NOTIFICAÇÃO / PROPOSTA DE ACORDO ADMINISTRATIVO

### DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA – DECRETO Nº 100/2025

**Notificado/Interessado:** VALDERMAR SILVA DOS  
SANTOS

**Imóvel:** Área 2.382,15 m<sup>2</sup>– Perímetro Rural – Curral  
de Cima/PB

**Fundamento legal:** Decreto-Lei nº 3.365/1941;  
Decreto Municipal nº 100/2025

Prezado Senhor VALDERMAR SILVA DOS SANTOS

A Prefeitura Municipal de Curral de Cima/PB, por meio desta, **NOTIFICA** Vossa Senhoria com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e no Decreto Municipal nº 100/2025, que declarou de utilidade pública o imóvel localizado no perímetro rural, no Sítio Laranjeiras, Município de Curral de Cima-PB, com área total de 2.382,15 m<sup>2</sup>, para fins de implantação de equipamento público municipal.

Conforme avaliação técnica realizada pela Comissão Técnica de Avaliação da Prefeitura Municipal, o valor indenizatório do imóvel foi fixado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941, propõe-se a realização de ACORDO ADMINISTRATIVO para pagamento da indenização e subsequente transferência amigável da área ao Município, evitando-se o ajuizamento da ação de desapropriação.

Deste modo, Vossa Senhoria deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias (art. 10-A, IV do Decreto-Lei nº 3.365/1941), comparecendo à sede da Prefeitura Municipal para:

1. Manifestar-se se concorda sobre a proposta de indenização;
2. Apresentar documentos pessoais e de titularidade/posse do imóvel;
3. Firmar Termo de Acordo Administrativo, nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei 3.365/41;
4. Tratar dos procedimentos para pagamento ou depósito judicial, em caso de urgência (art. 15).

Em caso de silêncio, prosseguiremos com a via judicial, podendo haver imissão provisória na posse, conforme art. 15 da legislação federal.

Curral de Cima, 24 de novembro de 2025.

ADJAMIR SOUZA DA SILVA  
Prefeito Constitucional do Município de Curral de  
Cima/PB

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CURRAL DE CIMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

# DIÁRIO OFICIAL

CURRAL DE CIMA – DIÁRIO OFICIAL - 24 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE  
CIMA

## NOTIFICAÇÃO / PROPOSTA DE ACORDO ADMINISTRATIVO

### DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA – DECRETO Nº 101/2025

**Notificado/Interessado:** GILVAN FERNANDES DA  
SILVA

**Imóvel:** área de 160M<sup>2</sup> (8m de frente e fundos e 20m de  
ambos os lados), com perímetro de 56 metros – Distrito de  
Estacada - Município de Curral de Cima-PB.

**Fundamento legal:** Decreto-Lei nº 3.365/1941;  
Decreto Municipal nº 101/2025

Prezado Senhor **GILVAN FERNANDES DA SILVA**

A Prefeitura Municipal de Curral de Cima/PB, por  
meio desta, NOTIFICA Vossa Senhoria com  
fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e no  
Decreto Municipal nº 101/2025, que declarou de  
utilidade pública o localizado na Zona Urbana no  
Distrito de Estacada, na Rua Projetada, s/n, no  
Município de Curral de Cima-PB, com área de 160M<sup>2</sup>  
(8m de frente e fundos e 20m de ambos os lados), com  
perímetro de 56 metros, para fins de implantação de  
equipamento público municipal.

Conforme avaliação técnica realizada pela  
Comissão Técnica de Avaliação da Prefeitura  
Municipal, o valor indenizatório do imóvel foi fixado em  
R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei nº  
3.365/1941, propõe-se a realização de ACORDO  
ADMINISTRATIVO para pagamento da indenização  
e subsequente transferência amigável da área ao

Município, evitando-se o ajuizamento da ação de  
desapropriação.

Deste modo, Vossa Senhoria deverá manifestar-se  
no prazo de 15 (quinze) dias (art. 10-A, IV do Decreto-  
Lei nº 3.365/1941), comparecendo à sede da  
Prefeitura Municipal para:

1. Manifestar-se se concorda sobre a  
proposta de indenização;
2. Apresentar documentos pessoais e de  
titularidade/posse do imóvel;
3. Firmar Termo de Acordo Administrativo,  
nos termos do art. 10-A do Decreto-Lei  
3.365/41;
4. Tratar dos procedimentos para  
pagamento ou depósito judicial, em caso  
de urgência (art. 15).

Em caso de silêncio, prosseguiremos com a via  
judicial, podendo haver imissão provisória na posse,  
conforme art. 15 da legislação federal.

Curral de Cima, 24 de novembro de 2025.

**ADJAMIR SOUZA DA SILVA**  
Prefeito Constitucional do Município de Curral de  
Cima/PB